

**Relatório da Audiência n.º 1 - COF- XV**

**Dia:** 6 de maio de 2022

**ENTIDADE:** *Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP)*

Dr. João Pratas (Presidente)

Dra. Marta Maldonado Passanha (Secretária-Geral)

Eng.º Frederico Arruda Moreira (Membro da Direcção)

**ASSUNTO:** Propostas no âmbito da discussão da PPL 4/XV/1.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2022.

**Recebida pelos Senhores Deputados:**

- Alexandre Simões (PSD)
- Hugo Carneiro (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- João Miguel Nicolau (PS)
- Patrícia Dantas (PSD)
- Rui Afonso (CH)

**Síntese dos Temas Abordados:**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Hugo Carneiro, iniciou os trabalhos saudando os representantes da APFIPP e dando posteriormente nota dos termos em que estes se desenrolariam. De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da APFIPP, Dr. João Pratas, para uma intervenção inicial.

O Senhor Presidente da APFIPP salientou as três questões que traziam a APFIPP à Assembleia da República. Em primeiro lugar, referiu a medida prevista na proposta de lei do Orçamento do Estado relativa ao englobamento, a qual é objeto de frontal crítica por parte da APFIPP que entende que esta medida causaria muita pressão sobre os mercados de capitais e daria um péssimo sinal ao mercado e aos investidores

estrangeiros. Em segundo lugar, salientou a necessidade de promover a poupança de longo prazo, a poupança para a reforma, atendendo à evolução demográfica atual. Assim, defendeu a necessidade de atribuir incentivos fiscais à poupança individual para a reforma, em particular através de planos de pensões de âmbito individual “PEPP” (Pan-European Personal Pension Product). Em terceiro lugar, referiu ser importante permitir a utilização dos organismos de investimento imobiliário no âmbito do programa de arrendamento acessível, sendo, para esse efeito, necessário efetuar ajustes a uma lei que é, na sua perspetiva, demasiado técnica e pouco clara.

Iniciou o debate o Senhor Deputado João Nicolau (PS) que referiu que é importante ouvir os contributos de todos. Disse concordar que a poupança é importante e que o Estado deve promovê-la e que o arrendamento acessível também. Disse ter tomado boa nota das observações feitas, que fará chegar ao seu grupo parlamentar.

De seguida tomou a palavra o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) que agradeceu o contributo. Solicitou informação sobre o impacto da medida em sede orçamental. Salientou, ainda, a importância de haver necessidade de estabilidade a nível da legislação fiscal.

Interveio, por fim, o Senhor Deputado Rui Afonso (CH) que, após agradecer a vinda da APFIPP, disse ter as mesmas dúvidas que o seu colega do PSD sobre o impacto orçamental da medida. Disse ainda que gostaria de saber um pouco mais sobre o “PEPP” e sobre as propostas a nível do fundo para arrendamento acessível.

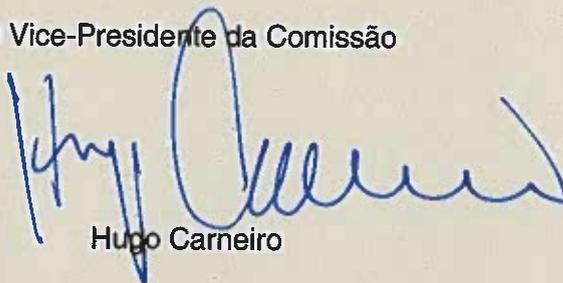
Na sua intervenção final, o Presidente da APFIPP começou por agradecer as observações dos senhores deputados. Em relação às questões colocadas, disse que a lógica do englobamento não está bem pensada. Disse não saber exatamente o impacto orçamental da medida, mas disse entender esta apenas irá prejudicar os investidores menos sofisticados. Mais referiu que a falta de estabilidade da legislação fiscal em Portugal é adversa à atração de investimento e que a medida preconizada na proposta de lei do Orçamento do Estado é um desincentivo ao investimento em Portugal. Disse ainda que iria enviar um contributo por escrito.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão salientou a importância de eventuais contributos serem recebidos na Assembleia da República antes do fim do prazo para propostas de alteração, i.e., 13 de maio. Agradeceu de seguida as informações e esclarecimentos apresentados pela APFIPP e encerrou a audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente o contributo escrito apresentado pela APFIPP e a gravação áudio, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 6 de maio de 2022

O Vice-Presidente da Comissão



Hugo Carneiro

